

## **Mighty Earth – Relatório de Resposta Rápida sobre Soja 2 – Direito de Resposta, 12 de março de 2024 (traduzido pela Agência Pública)**

Abaixo estão as respostas dos principais traders de soja (ADM, ALZ Grãos, Amaggi, Bunge, Cargill, Cofco e LDC) às perguntas da Mighty Earth sobre seus vínculos e relacionamentos comerciais com os sete estudos de caso de desmatamento em nosso novo Relatório Rapid Response sobre Soja.

### **Resposta da ADM em 26 de fevereiro de 2024:**

Obrigado por entrar em contato com a ADM. Verificamos nossos sistemas e não temos a Fazenda Sete Barras em Ribeirão Cascalheira (MT-BRASIL), ou o CAR fornecido, como fornecedor da ADM.

### **Resposta da ALZ Grãos em 6 de março de 2024:**

A ALZ Grãos gostaria de informar que não tem relacionamentos comerciais com as propriedades mencionadas.

Para garantir uma cadeia de grãos responsável, os princípios de comercialização da ALZ Grãos consolidam a implementação de sua Política de Sustentabilidade vetando a compra de grãos de áreas relacionadas a: embargos ambientais; Terras Indígenas e Quilombolas; Unidades de Conservação de Proteção Integral; áreas não conformes incluídas na lista do Moratória da Soja; áreas de produtores incluídas na Lista Oficial de Trabalho Escravo. Além disso, a ALZ Grãos exige, por meio de uma cláusula contratual, que os fornecedores cumpram a legislação ambiental.

A ALZ Grãos implementou uma ferramenta de geoprocessamento especializada para a rastreabilidade de sua cadeia de suprimentos, otimizando o monitoramento de grãos comercializados direta ou indiretamente. Com um banco de dados atualizado diariamente, a tecnologia inovadora proporcionou avanços rápidos na rastreabilidade para a ALZ Grãos, reforçando o monitoramento e a aplicação dos princípios da empresa.

Um dos princípios da empresa, de acordo com sua Política, é conservar biomas de alto valor ecológico comprovado (como a Amazônia e o Cerrado) com o objetivo de desencorajar a conversão de vegetação nativa para uso alternativo do solo no MATOPIBA, Brasil, como escopo operacional da ALZ Grãos. O monitoramento do desmatamento e da conversão de vegetação nativa é realizado no nível de polígono, com a ferramenta de geoprocessamento mencionada e banco de dados geoespaciais públicos, como camadas PRODES do INPE e imagens de satélite com diferentes datas históricas.

Como mecanismo de relatório, canais digitais estão disponíveis ao público na área 'Fale conosco' do site da ALZ Grãos ou por e-mail para [contato@alzgraos.com.br](mailto:contato@alzgraos.com.br).

Por fim, a empresa informa que seu processo de diligência para confirmar a regularidade de suas compras é contínuo. Assim, se houver evidências de não conformidade com as políticas da ALZ Grãos em seus negócios, a empresa tomará medidas apropriadas, como bloqueio ou suspensão do relacionamento comercial.

### **Resposta da Amaggi em 6 de março de 2024:**

Obrigado pelo seu e-mail e tempo extra. Abaixo estão nossos comentários.

É importante dizer que foi difícil cruzar o desmatamento mencionado nos casos com nosso sistema de monitoramento. Nos ajudaria se você enviasse informações mais detalhadas ou o polígono da área desmatada nas próximas vezes.

Sinta-se à vontade para nos contatar se tiver mais alguma pergunta.

Sobre as fazendas vinculadas à AMAGGI, o resumo de nossa avaliação é:

Fazenda Senhor Jesus A, B e G (Brasnorte-MT): Não foi identificado relacionamento comercial entre AMAGGI com a propriedade mencionada após a data de desmatamento.

Fazenda Sete Barras (Ribeirão Cascalheira-MT): Não foi identificado relacionamento comercial entre AMAGGI com a propriedade mencionada após a data de desmatamento.

Fazenda Rio de Janeiro (Barreiras-BA): A AMAGGI não opera no estado da Bahia.

Fazenda Vale do Urso (Barreiras-BA): A AMAGGI não opera no estado da Bahia.

A AMAGGI tem o compromisso de permanecer livre de desmatamento e conversão (DCF) desde 2008 para produção agrícola em fazendas próprias, *garantindo expansão apenas em áreas já abertas e tendo uma cadeia de suprimentos de grãos 100% monitorada e rastreada, ou seja, livre de desmatamento e conversão (DCF) para produção agrícola até 2025, considerando todos os biomas, países e regiões onde está presente.*

Além disso, a AMAGGI não comercializa soja de áreas de produção que tenham impacto em:

- Embargo pelo Ibama e agências ambientais estaduais
- Terras Indígenas e Unidades de Conservação de Proteção Integral
- Áreas não conformes com o Protocolo Verde de Grãos no Pará
- Áreas desmatadas após 2008 no bioma Amazônia não conformes com a Moratória da Soja
- Lista Suja do Trabalho Escravo

Para garantir que os critérios e compromissos socioambientais estabelecidos sejam atendidos, a AMAGGI desenvolveu a ORIGINAR 2.0, uma plataforma que permite o monitoramento de toda a cadeia de suprimentos de grãos. Para monitorar as fazendas dos produtores, a AMAGGI usa imagens de satélite de alta qualidade, atualizadas diariamente. Essas imagens são usadas exclusivamente pela empresa e fornecem suporte ao monitoramento preditivo, capaz de identificar possíveis problemas de cultivo que seriam difíceis de identificar sem o uso de satélites. Todas as fazendas registradas são monitoradas pelo sistema ORIGINAR 2.0 e o sistema possui uma ferramenta para emitir alertas de incêndio e desmatamento caso ocorram incidentes na área. Esses são alertas diários e mensais que auxiliam no gerenciamento territorial e socioambiental das propriedades. Todos os lotes de compra de grãos passam pelo sistema geoespacial ORIGINAR 2.0, e apenas aqueles que estão 100% em conformidade com os critérios mínimos de comércio da AMAGGI podem progredir para as etapas seguintes para receber grãos. Se forem identificados quaisquer tipos de restrições durante a compra, o registro de comercialização é automaticamente bloqueado pelo sistema e só pode ser liberado mediante confirmação da área de Sustentabilidade de que a compra atende aos critérios socioambientais que a empresa demanda. A AMAGGI também apoia os produtores com restrições em seu processo de regularização, por meio de diretrizes personalizadas e com base em um plano de regularização.

A área de Sustentabilidade possui uma equipe de especialistas em avaliações socioambientais que utilizam ferramentas geoespaciais, trabalhando de forma independente da área de Origem, evitando conflitos de interesse. A empresa possui procedimentos claros para fluxos e níveis de aprovação, seguindo as melhores recomendações de conformidade. Os contratos de negociação de grãos da AMAGGI também são apoiados por cláusulas socioambientais.

A AMAGGI possui uma linha direta de denúncia confidencial, que está aberta 24 horas por dia, 7 dias por semana e pode ser acessada por meio de um número gratuito, da intranet da empresa ou do site. As denúncias são tratadas por uma empresa independente, em português, espanhol ou inglês, e depois encaminhadas ao Comitê de Ética e Conduta Empresarial e ao Departamento de Segurança Corporativa para análise e investigação.

Reforçamos que as áreas mencionadas nos casos acima estão atualmente bloqueadas no sistema de compras da AMAGGI até que tenhamos a garantia de que atenderão novamente aos critérios socioambientais da AMAGGI.

Você pode obter mais informações sobre o sistema de monitoramento da AMAGGI em [https://www.amaggi.com.br/wp-content/uploads/2023/09/Amaggi\\_ProgressReport\\_EN\\_2022.pdf](https://www.amaggi.com.br/wp-content/uploads/2023/09/Amaggi_ProgressReport_EN_2022.pdf) (páginas 32 a 38)

**Resposta da Bunge em 6 de março de 2024:**

Em nome da Equipe de Sustentabilidade da Bunge, por favor, veja nosso comentário abaixo:

Gostaríamos de gentilmente lembrá-lo que a Bunge possui um mecanismo de reclamação estabelecido para alegações de desmatamento e outros assuntos relacionados à soja na América do Sul. No futuro, encorajamos você a enviar alegações como as mencionadas em seu relatório por meio do mecanismo, utilizando este link.

Neste momento, não identificamos qualquer relacionamento comercial com as fazendas mencionadas em seu relatório.

O compromisso da Bunge de estar livre de desmatamento e conversão de vegetação nativa em nossas cadeias de valor até 2025 é uma parte central da estratégia e planejamento da empresa. A Bunge não utiliza soja de áreas desmatadas ilegalmente e tem exercido monitoramento robusto das condições socioambientais em nossas operações. Utilizamos tecnologia de satélite de ponta para monitorar áreas prioritárias na América do Sul - mais de 16.000 fazendas, cobrindo mais de 20 milhões de hectares. Nosso monitoramento pode identificar mudanças no uso da terra e no plantio de soja em cada uma das fazendas de onde obtemos e captura qualquer nova área desmatada nas regiões monitoradas.

Como resultado de nossos esforços, mais de 97% dos nossos volumes de soja do Brasil são livres de desmatamento e conversão. Continuamos a pressionar nossos esforços para alcançar nosso objetivo de desmatamento zero até 2025.

A maioria das nossas fontes no Brasil é direta, para a qual 100% dos volumes são rastreáveis e monitorados. Esse processo também é auditado anualmente por uma terceira parte. Nosso foco agora está em alcançar 100% de rastreabilidade e volumes de soja monitorados adquiridos indiretamente por meio de revendedores terceirizados. No ano passado, anunciamos que superamos nossa meta intermediária de rastreabilidade indireta: 82% dos volumes comprados em regiões-chave, como o Cerrado, são rastreáveis. Este feito é possível através do Programa de Parceria Sustentável, uma iniciativa pioneira para apoiar revendedores de grãos na adoção de sistemas de verificação socioambiental que criam rastreabilidade e monitoramento, permitindo-lhes ganhar visibilidade em suas cadeias de suprimentos. O programa tem benefícios além das operações da Bunge. Ele contribui de forma definitiva para elevar os padrões de sustentabilidade e transparência ao longo grande parte da cadeia de suprimentos indireta de soja no Brasil, promovendo transformações sistêmicas importantes que beneficiam todo o setor. Os revendedores participantes do programa têm metas e incentivos para progredir gradualmente na rastreabilidade de suas cadeias até alcançarem o monitoramento de 100% de seus fornecedores dentro do período do compromisso de 2025 da Bunge. A lista pública de embargos e verificações de conformidade legal de todas as operações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) é um requisito básico para que os revendedores participem da iniciativa.

Além disso, alegações críveis de abuso de direitos humanos ou outras formas de exploração não são toleradas. Fazendas que foram identificadas pelas autoridades como envolvidas em abuso de direitos humanos são prontamente bloqueadas de nossa cadeia de

suprimentos. Entre outras salvaguardas, realizamos verificações diárias da lista pública elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego de empresas que submeteram trabalhadores a condições análogas à escravidão. Continuamos a aprimorar nossa governança e práticas em questões de direitos humanos, incluindo o estabelecimento de uma equipe global de direitos humanos em 2022, a emissão de nossa política global de direitos humanos no início de 2023 e o lançamento de nosso novo Código de Conduta de Fornecedores no final de 2023 e ao longo de 2024.

Mais detalhes sobre nosso compromisso de não desmatamento e os últimos progressos podem ser encontrados em nosso próximo relatório global de sustentabilidade, previsto para ser lançado em maio de 2024.

**Quando perguntado pela Mighty Earth se a Bunge está obtendo soja da Fazenda Santa Isabel, a Bunge respondeu em 11 de março de 2024:**

Obrigado pela mensagem de acompanhamento. Reiteramos que não existem relacionamentos comerciais - diretos ou indiretos - com as fazendas mencionadas anteriormente. Quanto à nova alegação relativa à Santa Isabel, solicitamos gentilmente que você a submeta para que possamos investigar adequadamente.

**Resposta da Cargill em 1º de março de 2024:**

Obrigado pela oportunidade de responder à sua consulta antes da publicação do seu relatório.

A Cargill não tolera desmatamento ilegal em nossas cadeias de suprimentos, e levamos todas as alegações a sério.

É importante observar que, das quatro propriedades identificadas por você, não fazemos negócios com três delas. Para a propriedade que está em nossa cadeia de suprimentos, estamos investigando as alegações de acordo com nosso processo de reclamação de soja. Se for encontrada uma violação de nossa Política de Soja da América do Sul ou de qualquer uma das políticas da Cargill, bloquearemos a fazenda. Informações sobre reclamações e fazendas bloqueadas em nossa cadeia de suprimentos de soja na América do Sul são publicadas em Cargill.com e em nosso relatório ESG.

**Quando questionada pela Mighty Earth sobre qual propriedade a Cargill investigaria, a Cargill respondeu em 11 de março de 2024:**

Não divulgamos nomes individuais ou CARs por motivos de privacidade.

**Resposta da COFCO em 5 de março de 2024:**

Agradecemos a oportunidade de responder às perguntas e estamos disponíveis para esclarecimentos adicionais.

*1. Por favor, informe se o sistema de monitoramento da COFCO já identificou o caso de desmatamento nesta fazenda.*

A COFCO International não possui contratos de compra ou financiamento agrícola para esta área.

*2. Por favor, informe qualquer conexão comercial passada ou presente, ou outra conexão na cadeia de suprimentos (fornecimento de sementes e insumos, crédito, joint venture, investimento, etc.) com a unidade agrícola mencionada acima.*

Nenhuma relação comercial, passada ou atualmente, foi encontrada com esta área declarada (MT-5106190-D1FEA2E36BCF4812BA07FB75F42750A8) de acordo com a área declarada no banco de dados brasileiro em 4 de abril de 2023.

*3. Por favor, nos informe como você planeja lidar, monitorar ou potencialmente bloquear este caso específico de desmatamento de vegetação nativa.*

A COFCO International confirma que este CAR foi imediatamente inserido em seu sistema de monitoramento socioambiental e será monitorado diariamente para evitar o

descumprimento de nossa política de compras sustentáveis e nossos compromissos públicos.

*4. Por favor, encaminhe este caso para o seu mecanismo formal de reclamação e garanta que a reclamação esteja disponível publicamente.*

A COFCO International está tratando este caso como uma reclamação formal recebida por contato direto. Informamos que, embora não tenhamos um registro público de reclamações com detalhes específicos do caso, usamos nosso Relatório de Sustentabilidade (veja a página 77 do relatório do ano passado) para relatar anualmente o número de reclamações tratadas.

*5. Destaque os próximos passos que sua empresa tomará para garantir que o fornecedor de soja não esteja destruindo a vegetação natural e que a soja proveniente de áreas desmatadas não faça parte de sua base de suprimentos.*

Como mencionado anteriormente, a empresa inseriu imediatamente este CAR em sua base de monitoramento socioambiental para garantir o cumprimento de políticas internas e compromissos. Todos os dias, os sistemas da empresa monitoram centenas de milhares de hectares de áreas de parques nacionais, biomas sensíveis e outras regiões de interesse para garantir o cumprimento e a proteção dessas regiões.

**Resposta da LDC em 5 de março de 2024:**

Por favor, encontre nossa resposta abaixo:

Estamos monitorando a Fazenda Sete Barras; no entanto, nosso sistema não indica desmatamento no CAR indicado de acordo com a metodologia PRODES, enquanto para o sistema DETER, observamos uma sobreposição em 2023, embora em uma área degradada com uma data anterior ao alerta, e não vegetação nativa. Por favor, nos avise se você discordar dessa análise e nos informe a fonte de dados usada em sua avaliação, para que possamos investigar mais a fundo.

Considerando nossa análise acima, tivemos um contrato de originação de soja na última safra com a Fazenda Sete Barras.

Não temos conexão comercial com a Fazenda Rio de Janeiro e a Fazenda Vale do Urso.

Em conformidade com o compromisso da LDC de eliminar o desmatamento e a conversão para fins agrícolas, estamos monitorando áreas de origem no Brasil para todas as commodities usando a metodologia PRODES, que reconhecemos como o banco de dados público mais preciso nacionalmente. A partir do final de 2025, áreas com desmatamento ou conversão validados serão excluídas de nossa cadeia de suprimentos, até que o agricultor tome medidas adequadas de compensação e remediação para tal conversão.